

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA

Sessão Ordinária realizada no dia 30 de abril de 2024

ATA N° 1/2024

- Aos trinta dias do mês de abril de dois mil e vinte e quatro, pelas vinte e uma horas e cinco minutos, teve lugar a primeira Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia de Mafamude e Vilar do Paraíso, a qual decorreu no Edifício da Junta de Freguesia de Vilar do Paraíso. Sita, na rua do Jardim, n° 744, presidida por Tiago Filipe da Costa Braga. Constituíram a mesa a 1ª Secretária, Rosalina Santos e como 2º Secretária Luciana da Costa Reis.

- **Estiveram presentes**, para além dos mencionados, os seguintes deputados de assembleia de Freguesia: Miguel Lemos Rodrigues, Catarina Coutinho, Hélder Ribeiro, Diogo Fonseca, Joana Côrte Ferreira, Carla Machado, Diogo Silva, José Aires do PS, João Espinhaço, Pedro Carvalho Esteves, Paulo Costa da Silva e Francisco Nascimento do PSD, Paula Valentim e Adelaide Côrte Ferreira do BE, André Araújo Ferreira da CDU, Paulo Pinho do CDS e Alexandre Vila-Real do CHEGA.

- **Do Executivo estiveram presentes** a Presidente Alexandra Mónica Soares Amaro, Jorge Miguel Alves Ferreira Pacheco, Daniela Pereira Vieira, Hélder Costa, José Carlos Soares e Carina Vieira.

1-Período de intervenção aberto ao público

- O sr. André Pereira usa da palavra para referir a importância do meio empresarial da freguesia, refere também que se deve ter atenção às condições de trabalho dos coveiros. Questiona também qual a entidade que procede à elaboração dos cadernos eleitorais.

- A sra. Marta Pereira usa da palavra relativamente a um processo que corre na Gaiurb e pede esclarecimentos nesse sentido.

- A sra. Rosalina Mendonça menciona que apesar do comércio existente, ninguém coloca um edital no Lugar da Ilha. Refere também a falta de ecopontos no Lugar da Ilha. Relativamente à linha do 903 dos stcp, reforça a importância desta linha ir até ao Lugar da Ilha.

- O sr. Fernando Ribeiro usa da palavra relativamente a um processo que corre na Gaiurb e pede esclarecimentos.

- A sra. Presidente de Junta, respondendo aos cidadãos, refere ao sr. André Pereira, que a entidade que elabora os cadernos eleitorais será a Junta de Freguesia conjuntamente com Secretária-geral do Ministério da Administração Interna.

À sr. Marta Pereira e sr. Fernando Ribeiro, pede o agendamento de uma reunião para se inteirar dos casos em concreto. Respondendo à sra. Rosalina Mendonça a sra. Presidente de Junta refere que os editais são colocados no site da Junta e em todos os locais de estilo das Freguesias, assegura, no entanto, que vai proceder a uma melhoria da divulgação. Relativamente aos ecopontos, esse pedido já foi feito. Quanto à linha 903, a sra. Presidente de Junta, menciona que já teve a oportunidade de se reunir com a administração dos STCP propondo o alargamento da linha até ao centro de saúde da Madalena.

3 – Período antes da Ordem do Dia

- Intervenção da Sr. André Araújo (CDU), apresenta um Voto de Saudação à Luta dos trabalhadores e das Populações, doc. 8 que se junta a esta ata.

- O Sr. Miguel Lemos (PS), realça a importância dos 50 anos do 25 de Abril e a forma como está a ser dignamente comemorado no Concelho de Vila Nova de Gaia.

Ponto 3 – Voto de Saudação à Luta dos trabalhadores e das Populações, Aprovado com os votos favoráveis do PS, BE, CDU e as abstenções do PSD, CDS e CH.

- O sr. Paulo Casta e Silva (PSD), usa da palavra para uma declaração de voto, referindo que a abstenção vai de acordo à ideologia que consta no documento à qual o PSD não se associa.

- O sr. Paulo Pinho (CDS), usa da palavra para uma declaração de voto, que o voto de saudação da CDU tem uma carga ideológica que o CDS não subscreve.

4 – Período da Ordem do Dia

4.1 – Apreciação do Relatório do Estatuto da Oposição.

- O sr. João Espinhaço (PSD), usa da palavra referindo que rejeita o relatório tendo em conta que não corresponde inteiramente à verdade, menciona que dentro do estatuto do direito da oposição pediu informação ao executivo, e como no passado, não recebeu resposta.

- A sra. Presidente de Junta em resposta, menciona que esta posição do PSD é igual desde

pelo menos 2017, o PSD insi na existência de um documento pré-orçamento, quando esse documento é o próprio orçamento e plano de atividades em que a Junta elabora após as reuniões com os partidos com representação na Assembleia.

- O sr. João Espinhaço (PSD), pede o cumprimento da lei, onde se refere essa obrigação, rejeitando fazer propostas sem saber que cabimentos orçamentais existem para não se fazer propostas inexecutáveis.

- A sra. Presidente de Junta reforça que essa informação já está presente nos vários orçamentos anteriores.

4.2 - Apreciação do inventário de bens patrimoniais da Junta de Freguesia.

- Não houve inscrições neste ponto.

4.3 Prestação de Contas ano 2023

- A Sra. Presidente de Junta, fez uma breve explicação sobre o plano de atividades da Junta e a respetiva conta de gerência, sendo que o saldo de gerência de 2023 é de duzentos e quarenta oito mil setecentos e noventa mil euros, contribuindo para isso a venda do imóvel, sendo que esta verba será aplicada a despesa de capital, na reabilitação da via pública, manutenção e requalificação dos parques infantis e polidesportivos. A taxa de execução situa-se perto dos 90%.

- O sr. André Araújo (CDU), pede a palavra para referir, as dificuldades das autarquias locais latentes no âmbito nacional. Quanto à conta de gerência, obviamente que respeitam as opções políticas deste executivo, refere também que há uma diminuição das transferências de capital por parte do Município para a Junta de Freguesia, o que se reflete na baixa execução das obras na rede viária que se ficaram numa dúzia de arruamentos.

- A sra. Presidente de Junta em resposta refere que a preocupação da Junta é com as pessoas e não tanto com o betão, é de extrema importância a aposta na ação social. Quanto à via pública menciona refere que a requalificação de arruamento foi sendo feita e brevemente e que na próxima semana se inicia a empreitada de requalificação da Rua do Outeiro. Quanto às receitas correntes recorda que os chamados duodécimos deixaram de ser entregues pelo Município, passando esse encargo para a DGAL.

- O sr. Francisco Nascimento, usa da palavra neste ponto, pedindo explicações sobre as rubricas do pessoal, pareceres e os projetos de consultadoria e pede uma clarificação sobre a venda do imóvel e valor da alienação.

- A sra. Presidente de Junta em resposta refere que quanto à despesa do pessoal, menciona que as avenças feitas servem para colmatar provisoriamente as baixas, as aposentações do quadro de pessoal e as licenças sem vencimento. Relativamente a estudos, pareceres projetos e consultadoria, temos as empresas que asseguraram a contabilidade, segurança no trabalho, o anteprojecto das capelas mortuárias. Quanto à venda imóvel refere que a rubrica em si comporta não só esta verba como a alienação da Casa da Liberdade, que acabou por não se consumir, daí o diferencial de 40 mil euros.

- Andreia Castelo (PSD), usando da palavra, pede esclarecimentos relativamente a contratos de ajustes diretos, e a sua colocação na plataforma base.gov, pergunta sobre os ajustes diretos é que se reporta a prestação de serviços de colaborador Paulo Rui Alves, querendo saber o início do contrato, a prestação de serviços de Ricardo Campos, Nuno Remelhe, Susana Cristina Ribeiro.

- A sra. Presidente informa que Paulo Rui, Ricardo Campos e Nuno Remelhe foram contratados neste regime nas áreas da ação social, Paulo Rui, serviço postal, Ricardo Campos, e área operacional da via pública, Nuno Remelhe, jardins e cemitérios, por último Susana Ribeiro presta apoio jurídico sendo uma avença. Relativamente aos valores menciona que são anuais como consta do documento.

- A sra. Andreia Castelo (PSD) pergunta quais os critérios que presidiram a estas escolhas.

- A sra. Presidente de Junta, esclarece que algumas pessoas foram escolhidas com todo o cuidado.

- A sra. Andreia Castelo (PSD), pergunta se é considerado adequado ter como avença jurídica alguém que tem escritório no mesmo escritório da Sra. Presidente.

- A sra. Presidente de Junta responde que a escolha é pessoal e de confiança, e o apoio jurídico deve ser escolhido com todo o critério de confiança política.

- A sra. Andreia Castelo (PSD) pede informação de todos os trabalhos e pareceres jurídicos prestados por esta avença durante o ano de 2023.

- O Sr. Alexandre Vila Real (CH), expressa o seu repúdio, embora não considerando a sra. Presidente de desonesta, e apesar do critério da confiança política, refere que imensa gente podia exercer essa função e, não devia subscrever um escritório onde já exerceu a sua profissão. Relativamente ao parque canino, alerta para a sua vedação, sobre o autocarro refere que esta questão já foi colocada e é recorrente.

- Em resposta a sra. Presidente, reforça que a escolha do apoio jurídico, é uma escolha de confiança e que estamos a falar de uma avença de 500 euros mensais.

- Este ponto foi aprovado com os votos do PS, BE, votos contra do PSD, CDS e CH e abstenção da CDU.

4.4 - Discussão e votação da 1.ª Revisão Orçamental

- A sra. Presidente de Junta afirma que esta revisão vem reforçar as rubricas da ação social, requalificação de arruamentos e requalificação de parques infantis.

- O sr. Francisco Nascimento (PSD), pede explicações sobre as áreas que vão ser intervencionadas, o mesmo quanto aos parques e jardins.

- A sra. Presidente de Junta, responde que os arruamentos serão a Rua do Outeiro e Rua Bartolomeu Dias, intervenção nos passeios, quanto aos parques e jardins, estamos a falar do parque infantil do cedro seguindo-se os parques das Oliveiras e Centro Cívico do Alto das Torres, quanto às restantes obras estão relacionados com obras nos cemitérios.

- O ponto é aprovado com os votos favoráveis do PS, BE e CDU, CDS, votos contra do PSD e abstenção do CH.

4.5 - Miguel Lemos (PS), usa da palavra que o voto contra do PSD à revisão orçamental só pode dizer uma de duas coisas ou não se concorda com as opções políticas ou não sabemos fazer contas, senão concordam com as opções políticas deviam apontar as suas próprias opções. Quanto à votação da Conta de Gerência, foi um debate muito jurídica sem sugestões políticas, soluções políticas 0, uma oposição de casos e casinhos. Hoje de política viu-se muito pouco nesta assembleia de freguesia.

- O sr. Paulo Costa da Silva (PSD), refere que a última intervenção é descabida, o PSD já no passado apresentou moções que contêm propostas. O PSD não é partido dos casinhos, já o PS quando estas situações ocorrem noutros partidos o PS é o primeiro a levantar-se.

Não havendo mais assuntos a tratar, o Presidente da Assembleia de Freguesia declarou encerrada a reunião, pelas 23h35 horas, do dia 30 de abril de 2023. Da qual se lavou a presente ata, cuja minuta foi aprovada por unanimidade, e eu, Rosalina Santos, primeira secretária da presente reunião, a elaborei e subscrevo.

